



Índice

- 01** Missionário americano funda abrigo para crianças indígenas, no AM
- 02** Indígenas pedem ajuda do MPF para criação de centro cultural na Aldeia Maracanã
- 03** Polícia retira corpo de indígena 11 h após comunicado de crime em MS
- 04** Salas de aula são improvisadas em galpões em aldeia indígena, em MS
- 05** Índio de RO receberá título de Doutor Honoris
- 06** Terra indígena Raposa Serra do Sol é destaque da Unesp Ciência
- 07** Associação indígena pede retratação após piada racista em "Mike & Molly"
- 08** Inscrições em curso preparatório para negros e índios continuam abertas
- 09** Índios discutem desassoreamento de rio com Secretaria de Desenvolvimento
- 10** Só as benfeitorias são indenizáveis em caso de desapropriação de terra indígena
- 11** Índios concluem curso e garantem aulas em guarani e caingangue no PR
- 12** Tensão com xavantes leva PRF a reforçar equipes em rodovia de MT

Missionário americano funda abrigo para crianças indígenas, no AM
SÍTIO G1, 03.03.2013



Acostumado a missões religiosas no interior do Amazonas – afinal, são 25 anos no Estado –, o norte-americano Barry Hall resolveu encarar um desafio diferente há nove meses. Junto ao Conselho Nacional de Pastores e Líderes Evangélicos Indígenas (Complei), Hall instalou o único abrigo destinado a crianças indígenas do país. Atualmente funcionando em sua própria residência – o que o designa como uma 'casa-lar' –, o “Coração do Pai” atende 13 crianças de diversas etnias e, segundo seu administrador, pretende ampliar sua estrutura em breve.

Em entrevista ao G1, Hall explicou que o intuito do abrigo é dar uma opção aos indígenas que, por diversas razões sociais e culturais, rejeitam suas crianças. “Algumas etnias condenam filhos de mãe solteira, gêmeos ou trigêmeos, resultados de estupro, incesto ou infidelidade. Existem várias categorias de crianças em algumas etnias – não todas – que são consideradas ‘amaldiçoadas’. Nesses casos, a única maneira de se livrar da ‘maldição’ é sacrificar a criança e até enterrá-la viva”, contou. “O Complei quer oferecer uma alternativa e uma solução que respeite a liderança de cada etnia. Ao nos entregar a criança, o cacique fica satisfeito, porque ela saiu da aldeia, os pais ficam aliviados e o bebê ganha vida e um lar”, acrescentou.

De acordo com o administrador da casa, mais de 350 etnias podem ser beneficiadas pelo “Coração do Pai”. No entanto, o projeto ainda não conseguiu atingir todos esses grupos, mesmo com a boa aceitação por parte das tribos. “Precisamos de uma pessoa à frente em cada região para que as crianças consigam vir até nós. Há um desafio, nos locais mais distantes, de manter esse bebê vivo e cuidar dele enquanto não chegamos lá”, reconheceu.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 037 / 2013

Brasília, 04 de março de 2013.

Não-indígenas também são bem vindos

Apesar de ter como prioridade o amparo a indígenas recém-nascidos, o abrigo também atende não-indígenas e crianças de mais idade, como um menino de sete anos, que é o mais velho da casa. A decisão, porém, não é resultado de preconceito, frisou Barry. "Muita gente acredita que ter um local para crianças indígenas é discriminação, mas, na verdade, só estamos nos especializando para fazer um trabalho melhor. Aceitamos não-indígenas quando podemos instalá-los e, quando tivermos um espaço maior, queremos aumentar também o número de vagas", afirmou.



Indígenas pedem ajuda do MPF para criação de centro cultural na Aldeia Maracanã
SÍTIO FOLHADEDOURADOS, 03.03.2013

A subprocuradora-geral da República Gilda Pereira de Carvalho, que faz parte da Câmara de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal, recebeu, nesta quinta-feira, 28 de fevereiro, lideranças indígenas da Aldeia Maracanã, que fica no Rio de Janeiro. Os índios falaram de sua preocupação com a possibilidade de serem retirados do local onde estão e apresentaram um projeto para a criação do Espaço Índio Vivo Aldeia Maracanã.

As lideranças defenderam a manutenção do local e do prédio, que tem valor histórico e cultural, cuja ocupação remonta a 1865, quando foi criado o Museu do Índio, depois desativado. Segundo os indígenas, a princípio, a ameaça de despejo era para construir um estacionamento; num segundo momento, alegou-se que o imóvel faria parte das edificações para a Copa do Mundo; por fim, registrou-se a pretensão de transformá-lo em museu olímpico.

Durante a reunião, as lideranças informaram que, no dia 12 de janeiro, sofreram Ordem de Despejo da Prefeitura, com a presença do batalhão de choque na área para retirar os indígenas do local. Questionados por Gilda Carvalho, eles afirmaram que tiveram reuniões com a Secretaria de Direitos Humanos do Estado, que fez a proposta de tirar os indígenas do local e colocá-los em outro espaço, sem, contudo, dar-lhes as garantias necessárias à sua manutenção física e cultural.

Para os indígenas, o plano é permanecer no local e reformar o prédio, que está em condições precárias, para abrigar uma espécie de centro cultural indígena, onde seja mostrada a cultura indígena, dentro do contexto urbano, dando a oportunidade às pessoas de conhecer e vivenciar essa cultura. Em 21 de janeiro eles pediram, em caráter de urgência, que o Iphan reabra o processo de tombamento.

Ao final, Gilda Carvalho informou sobre uma série de encaminhamentos para auxiliar os índios. Um ofício será expedido ao Iphan, solicitando que informe se existe processo de tombamento da área em nível federal, e se o prédio foi ou é patrimônio da União. Outro ofício será enviado à Funai, pedindo informações sobre a existência de procedimento administrativo ou estudo referente à Aldeia Maracanã.

Além disso, o governador do estado e o prefeito do município do Rio de Janeiro serão comunicados sobre o projeto de utilização da área, com pedido para diálogo com a comunidade indígena, em atendimento ao disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). E também será remetido ofício ao Ministério dos Esportes e ao Comitê Olímpico Brasileiro, para que informe se existe interesse do Comitê Olímpico Internacional (COI) na utilização do espaço em que está situada a Aldeia.



Polícia retira corpo de indígena 11 h após comunicado de crime em MS

SÍTIO G1, 02.03.2013

O corpo de uma indígena de 60 anos, que teria sido assassinada em um córrego, foi retirado pela Polícia Civil de Caarapó, a 273 km de Campo Grande, na tarde de sexta-feira (1º), 11 horas depois que o crime foi comunicado. De acordo com a polícia, a perícia entrou na aldeia Tey'ikue com reforço da Polícia Federal. No dia 17 de fevereiro, um indígena de 15 anos foi morto a tiros e, por isso, a situação é considerada de tensão no local.

O corpo do adolescente foi encontrado numa estrada vicinal e tinha marcas de tiro na cabeça e no pescoço. Um produtor rural, de 61 anos, vizinho da aldeia, confessou o crime. O suspeito relatou ter visto um movimento no local e, sem ver do que se tratava, deu dois tiros com uma carabina calibre 22.

De acordo com Polícia Civil, durante a investigação da morte do adolescente, os índios ocuparam parte da fazenda, em protesto. A ministra Maria do Rosário, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República veio a Mato Grosso do Sul para pedir proteção às testemunhas do caso.

Após a morte do adolescente deixou a situação tensa no local. Por conta disso, a entrada na aldeia somente foi feita com apoio da PF. De acordo com registro policial, o corpo da mulher foi encontrado às 6h (horário de MS) na sexta-feira (1º), em um córrego na aldeia. Ela estava sem roupas e a calcinha foi usada para amarrar os tornozelos. A perícia ainda apura se ela teria sido estuprada. Preliminarmente, a vítima teria morrido afogada. O corpo está no Instituto Médico Legal (IML) de Dourados.

A polícia pediu apoio para poder entrar na aldeia e retirar o corpo da mulher. Somente às 17h daquele dia é que a perícia retirou a mulher do córrego. O suspeito, segundo a polícia, é o sobrinho do marido da vítima, pois os dois teriam sido visto consumido bebida alcoólica juntos. O caso foi registrado como homicídio doloso.



Salas de aula são improvisadas em galpões em aldeia indígena, em MS

SÍTIO G1, 02.03.2013

Cerca de 80 crianças indígenas da aldeia Jaguapiru, em Dourados, a 220 km de Campo Grande, enfrentam dificuldades para ter direito à educação. Desde o ano passado, não há mais salas disponíveis para estudantes no prédio da escola indígena Tengatui Marangatu. Elas passaram a estudar em galpões improvisados como sala de aula. O assunto foi mostrado em reportagem do Bom Dia MS desta sexta-feira (1º).

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Dourados, foram adotadas medidas para amenizar a situação dos estudantes, como a instalação de janelas e bebedouros. Com relação à abertura de novas salas, a secretaria informou que existem dois projetos cadastrados no Ministério da Educação que preveem a construção de um total de 24 salas nas aldeias indígenas do município.

Nos galpões, cedidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), eram armazenados equipamentos agrícolas e sementes. O local tem pouca ventilação, o que prejudica a concentração dos alunos. Seis turmas estão tendo aulas nos galpões improvisados desde o começo do ano passado. Além de passar calor durante as aulas, os alunos têm de andar cerca de 300 metros e atravessar uma estrada para lanche na escola ou ir ao banheiro. A escola municipal tem cerca de 1 mil alunos, divididos em 33 turmas.

A comunidade da aldeia Jaguapiru pede a construção de mais uma escola na reserva. Atualmente, há 8 escolas nas reservas indígenas de Dourados e cerca de 5 mil alunos.

Índio de RO receberá título de Doutor Honoris

SÍTIO TERRA, 02.03.2013



O líder indígena Almir Narayamoga Suruí, 38 anos, receberá o título de Doutor Honoris Causa da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir) no próximo dia 8 de março. O evento acontecerá no auditório da Unir-Centro, em Porto Velho, às 16 horas. A concessão do título foi proposta pelo colegiado do curso de Mestrado em Geografia da UNIR e aprovada em reunião do Conselho Superior Acadêmico (CONSEA) em agosto de 2011.

Almir é o líder do povo indígena Suruí, que tem uma população de aproximada de 250 índios, que se autodenominam Paiter, que quer dizer "gente de verdade". Os Suruí habitam a Terra Indígena Sete de Setembro, situada na região de Cacoal-RO.

Nascido em 1974, cinco anos depois do contato de seu povo com os não-índios que migraram para Rondônia, desde cedo Almir Suruí percebeu o descompasso entre a ingenuidade de seu povo e os interesses do mundo instalados no entorno de sua terra. Aos 15 anos, entendendo pouco o português, aceitou convite da Universidade Católica de Goiás para estudar Biologia Aplicada. Ao retornar, passou a atuar na Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, junto com outras lideranças, além de investir em ações que defendem o meio ambiente e a cultura indígena.

Em 1999, conseguiu que o Ministério do Meio Ambiente realizasse o Diagnóstico Agroambiental da Terra Indígena Sete de Setembro. Em 2005, contrariado com a comercialização ilegal de madeira no território de seu povo, deu início à implantação de um projeto de reflorestamento, com a proposta de recuperar pastos, capoeiras e enriquecer a floresta, adensando-a com espécies florestais retiradas pelos invasores e madeireiros, o que lhe rendeu ameaças. Com a visibilidade do trabalho desenvolvido em prol do povo Suruí e da Amazônia, Almir assumiu o Departamento Etnoambiental da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

Em 2007, foi eleito membro do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). Na Conferência da ONU sobre Clima (COP-15), em Copenhague, na Dinamarca, foi laureado com o Prêmio Maia Lin ao apresentar o Projeto de Carbono Suruí, que visa à utilização racional do uso dos recursos naturais da Terra Indígena Sete de Setembro, com um planejamento de 50 anos, o que abriu a possibilidade para que povos indígenas de todo mundo negociem projetos no contexto do mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD).



Terra indígena Raposa Serra do Sol é destaque da Unesp Ciência

SÍTIO UOL, 02.03.2013

Quatro anos depois da polêmica decisão do Supremo Tribunal Federal pela demarcação contínua da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, a população indígena da área aumentou, o rebanho bovino dobrou de tamanho e temas ligados à sustentabilidade passaram a fazer parte das discussões entre as lideranças locais. É o que mostra a reportagem de capa da revista Unesp Ciência de março, que esteve lá acompanhando o antropólogo Paulo Santilli, da Unesp em Araraquara, que estuda os indígenas da região desde a década de 1980.

Uma das questões que interessam ao antropólogo é a maneira como os índios da Raposa Serra do Sol se relacionam com o gado. O rebanho bovino foi introduzido por brancos no século 18, mas a partir dos 1970 a Igreja Católica passou a doar reses para as comunidades indígenas, como estratégia para apoiar a reivindicação pela posse da terra. Hoje o número de cabeças chega a 70 mil. Mas o crescimento do rebanho começa a preocupar as lideranças indígenas, que já estão discutindo a possível adoção de um limite para a pecuária.

A edição de março traz ainda o perfil de Maria Aparecida de Moraes Silva, socióloga aposentada da Unesp em Araraquara, que há dez anos denunciou as péssimas condições de trabalho nos canaviais paulistas. De lá para cá, a situação mudou, diz, sem necessariamente haver melhorado.

Outros destaques são o trabalho de um médico de Botucatu que documenta casos de confronto entre pessoas e animais silvestres nos quais os primeiros levam a pior; os mascotes eletrônicos criados em Bauru para estimular crianças com deficiência; e o esforço dos físicos mundo afora para entender melhor os neutrinos, também conhecidos como partículas fantasmas, com as quais seria possível fazer um raio X do planeta e até entender onde foi parar a antimatéria.



Associação indígena pede retratação após piada racista em "Mike & Molly"

SÍTIO UOL, 02.03.2013

Um grupo de índios americanos chamado Nação Navajo está exigindo retratação dos produtores da série "Mike & Molly" por uma piada que fala que os indígenas americanos são "um bando de bêbados". As informações são do site TMZ.

Na série, a mãe de Mike (Billy Gardell), interpretada por Rondi Reed, diz a frase: "Arizona? Por que você iria se mudar para o Arizona? Lá não tem nada além de um monte de índios bêbados".

A piada não foi bem aceita na comunidade indígena americana. Um representante da Nação Navajo disse ao TMZ: "Uma série como esta, mostrando-nos de uma forma negativa é inaceitável, eles estão ofendendo todo o estado do Arizona e de seus povos indígenas".

"Um pedido de desculpas seria a coisa certa a fazer, mas alguns dos danos causados não podem ser reparados apenas em um pedido de desculpas", concluiu.

O site tentou entrar em contato com a CBS, emissora do programa, mas não obteve resposta.



Inscrições em curso preparatório para negros e índios continuam abertas

SÍTIO CAMPOGRANDENEWS, 02.03.2013

Está aberto até o dia 18 de março o edital de abertura de vagas para negros e indígenas cursarem o curso preparatório "Equidade na pós-graduação: o acesso de populações sub-representadas". Este ano será disponibilizado 100 vagas, sendo 50 oferecidas em Dourados, pela UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul), e 50 em Campo Grande, pela UCDB (Unidade Católica Dom Bosco). Nas duas cidades, metade das vagas será destinada a negros e a outra metade a indígenas.

O objetivo do curso é qualificar egressos negros e indígenas do Ensino Superior, para que tenham mais condições de concorrer em seleções de programas de mestrado e doutorado. O projeto é um consórcio entre a UEMS e a UCDB com recursos da Fundação Ford e parceria com a Fundação Carlos Chagas.

A carga horária do curso preparatório será de 200 horas/aula, compreendendo as disciplinas de Português Acadêmico, Língua Estrangeira, Metodologia Científica, Tutoria e Seminário de Projeto de Pesquisa.

O edital pode ser encontrado no site www.uems.br e pode ser solicitado no e-mail equidade@uems.br. Mais informações podem ser obtidas no telefone 3902-2635.



Índios discutem desassoreamento de rio com Secretaria de Desenvolvimento
SÍTIO NORDESTE1, 02.03.2013

Representantes de índios da Baía da Traição foram recebidos na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (Sedh), na última quinta-feira (28), para reunião sobre o projeto de desassoreamento do Rio Sinimbu, que será realizado pelo Governo do Estado. Participaram da discussão a secretária da Sedh, Aparecida Ramos de Meneses, e técnicos que vão acompanhar a ação.

Durante a reunião, a secretária lembrou que o projeto está em fase de licitação e que logo será feita a limpeza do rio, para que a população volte a usar as águas do Sinimbu. "O Governo do Estado tem preocupação e comprometimento em melhorar a condição de vida da população em geral. Estamos empenhados neste projeto de desassoreamento do rio Sinimbu que será de grande importância para a subsistência da população da região. Estamos sempre recebendo os representantes das aldeias para tirar qualquer dúvida sobre o projeto".

O engenheiro da Sedh, Alberto Sabino, que está acompanhando o processo de licitação, lembrou que de início será feito o desassoreamento de quatro quilômetros do rio. "Assim que for feita a licitação, daremos início à limpeza do rio, no trecho mais prejudicado e usado pelos índios, que corresponde a quatro quilômetros de extensão", explicou.

O representante dos povos indígenas da região, cacique geral Sandro Gomes, destacou que a população precisa urgente da limpeza do rio para voltar a plantar e pescar. "Esperamos que a ação seja realizada o mais rápido possível, porque precisamos para a nossa sobrevivência", disse.



Só as benfeitorias são indenizáveis em caso de desapropriação de terra indígena
SÍTIO CORREIOFORENSE, 03.03.2013

A 3.^a Turma do TRF da 1.^a Região negou provimento à apelação apresentada por herdeira de terras originalmente indígenas que buscava indenização por benfeitorias feitas na terra. A inventariante do falecido dono da fazenda em questão recorreu contra sentença da 2.^a Vara da Seção Judiciária de Mato Grosso, que julgou improcedente a ação indenizatória por desapropriação indireta. A apelante alega que à época da venda das terras pelo Estado de Mato Grosso não existia posse permanente por parte dos silvícolas, razão pela qual não pode ser considerada terra indígena. Afirmar, ainda, possuir registro público das terras e solicita receber indenização pelo desapossamento. Histórico das terras – o falecido proprietário adquiriu o imóvel em agosto de 1976, sendo que os primeiros adquirentes das terras obtiveram o imóvel do Estado do Mato Grosso (MT) por meio de título transcrito em janeiro de 1961.

Legislação – As Constituições de 1937, 1946, 1967 e 1969 asseguraram proteção às terras ocupadas por índios, sendo que esta última dispõe que as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis, cabendo a eles a sua posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas naturais. O art. 231 da Constituição Federal de 1988 estabelece que são terras indígenas as tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. O mesmo artigo também prevê que os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são nulos, não havendo qualquer direito a indenização ou ações contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé.

O relator do processo na 3.^a Turma, juiz federal convocado Renato Martins Prates, destacou trechos do parecer pericial onde consta a afirmação de que a fazenda localiza-se no limite oeste da Terra Indígena Pimentel Barbosa. O perito responsável pelo relatório atesta, ainda, que “é incontestável, sob qualquer aspecto, a ocupação tradicional e permanente da Terra Indígena Pimentel Barbosa, Wederão, Caçula e Tanguro, fato histórico já devidamente reconhecido pelo Estado nacional por meio de decretos que delimitaram a terra e autorizaram sua demarcação e homologação”.

Diante dos relatórios periciais e da legislação, o relator afirmou que o registro de posse apresentado pela apelante não produz efeito. “Tais títulos são eficazes apenas para comprovar a boa-fé dos réus, outorgando-lhes direito à indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias. No entanto, inexistindo benfeitorias no imóvel em questão, não há que se falar em indenização pela perda da terra, posto que a terra não lhe pertence”, votou o relator Renato Martins Prates. O magistrado citou, ainda, decisão anterior da 4.^a Turma, de relatoria do juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira, que diz que, embora o Estado do Mato Grosso tenha recebido as terras indígenas entre as devolutas que lhe foram atribuídas pela CF/88, não poderia aliená-las.



Índios concluem curso e garantem aulas em guarani e caingangue no PR

SÍTIO G1, 02.03.2013

Sessenta e oito índios de vários municípios do Paraná se formaram no curso de magistério para indígenas, na noite de sexta-feira (1º), em Guarapuava, na região central do Paraná. O curso teve duração de dois anos e os índios foram capacitados para dar aulas em guarani e caingangue, línguas usuais das aldeias da região.

"Depois de cinco anos de muita luta, muitas tristezas, muitas alegrias, hoje me sinto muito realizada, afinal, para concluir o curso tive que ficar longe da minha família", conta a formanda Lucenilda Rodrigues.

Na sala de aula, mães e avós das crianças presenciam o aprendizado e valorizam o trabalho dos professores. "Acho importante que eles tenham conseguido se formar. Isso nos deixa ainda mais tranquilos com relação ao aprendizado dos nossos filhos", afirma uma das mães.



Tensão com xavantes leva PRF a reforçar equipes em rodovia de MT

SÍTIO G1, 02.03.2013

Dez novos agentes e uma viatura devem reforçar as equipes da Polícia Rodoviária Federal (PRF) a partir desta semana no trecho da rodovia federal BR-070 entre os municípios de Primavera do Leste e Barra do Garças, respectivamente a 239 km e 516 km de Cuiabá, região leste de Mato Grosso.

O reforço foi designado diante da crescente tensão entre os agentes de policiamento da rodovia e um grupo de índios xavantes da reserva Sangradouro, próxima a Primavera do Leste, que têm protagonizado sucessivos episódios de saques a cargas e ameaças.

A situação foi noticiada pelo G1 no último dia 24, quando a PRF acionou o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal (PF) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) para buscar medidas conjuntas de controle sobre o crescente número de delitos cometidos por indígenas na região da BR-070.

A Funai, a PF e o MPF, contudo, ainda não confirmaram agenda oficial para tratar do assunto junto à PRF.

Além de ter de encarar o policiamento com um baixo número de policiais, a PRF tem dificuldade para responsabilizar os xavantes devido à espécie de proteção especial que os indígenas detêm na legislação e por conta da dificuldade de se entrar nas aldeias para buscar responsáveis por saques de cargas, agressões, cobranças indevidas de pedágio e até tentativas de provocar acidentes com carretas na rodovia para depois saquear as mercadorias carregadas.

Segundo o Inspetor Fabiano Jandreí, chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização da PRF em Mato Grosso, uma nova viatura já foi disponibilizada para a locomoção dos policiais lotados no posto em Primavera do Leste e dez policiais devem reforçar a equipe que controla a BR-070 nas imediações de Barra do Garças. Os agentes são oriundos de outros estados.

O trecho entre Barra do Garças e Primavera do Leste é estratégico devido à passagem constante de caminhões e carretas entre Goiás e Mato Grosso. Essas carretas têm sido alvos de saques e armadilhas na rodovia para se envolverem em acidentes e terem suas cargas saqueadas.